



21 DE JUNHO DE 2011

Terça - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **PAÍS DOBRARÁ PRODUÇÃO DE FERRO ATÉ 2015**
- **PR QUER EVITAR APAGÃO DE MÃO DE OBRA**
- **EMPRESÁRIOS INVESTEM PARA ELEVAR PRODUÇÃO**
- **R\$ 2 BILHÕES PARA TURBINAR O PORTO**
- **BRASIL CRIA ATÉ MAIO 1,17 MILHÃO DE VAGAS FORMAIS**
- **IMPORTAÇÃO INIBE INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO**
- **BOSCH OFERECE R\$ 6 MIL DE PLR; PROPOSTA SERÁ VOTADA NA TERÇA-FEIRA**
- **EM MAIO, PARANÁ CRIOU 16,7 MIL EMPREGOS CELETISTAS, APONTA CAGED**
- **PRODUÇÃO DE AÇO NO PAÍS CRESCE 9% DE JANEIRO A MAIO**
- **PONTUALIDADE DE PAGAMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS CAI EM MAIO**
- **TAM E GOL TRAÇAM ROTAS DIFERENTES NA MANUTENÇÃO**
- **EXIGÊNCIA DE CAPITAL FAZ BANCO MENOR REDUZIR RITMO DO CRÉDITO**
- **A PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**
- **CONFIANÇA NA ECONOMIA É ESTÁVEL EM JUNHO**
- **"TRABALHO APROVA REGULAMENTAÇÃO SOBRE A TERCEIRIZAÇÃO EM ESTATAIS E EMPRESAS"**
- **VOLKSWAGEN CRESCE 14,6% EM 2011**
- **MUDANÇA NA JURISPRUDÊNCIA PODERÁ TER IMPACTO FINANCEIRO EM**

EMPRESAS

- **PISO SALARIAL SOBE ACIMA DA INFLAÇÃO**
- **SENADO APROVA CRIAÇÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**
- **COMISSÃO APROVA SAQUE DE FGTS PARA QUEM TEM 35 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO**
- **DECLARAÇÕES FISCAIS - DCTF DE ABRIL DEVE SER ENTREGUE ATÉ HOJE, DIA 21/6**
- **PROPOSTA DA BOSCH É REPROVADA E GREVE DOS METALÚRGICOS CONTINUA**

Câmbio Em 21/06/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,587	1,589
Euro	2,286	2,289

Fonte: BACEN

País dobrará produção de ferro até 2015

21/06/2011- Gazeta do Povo

O avanço maior da procura em relação à oferta e o conseqüente aumento de preço farão com que a produção brasileira anual de minério de ferro mais que dobre em cinco anos. A produção saltará das atuais 370 milhões de toneladas para 787 milhões em 2015, diz o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). "Há um déficit no mercado transoceânico de 100 milhões de toneladas até 2012", diz o presidente do Ibram, Paulo Camillo Penna, para quem esse cenário de oferta apertada vai persistir por conta da reconstrução do Japão, depois do terremoto, e do "fenômeno de urbanização global". A projeção de expansão da produção brasileira leva em consideração os investimentos anunciados, até o momento, para o período entre 2011 e 2015, que somam US\$ 44,97 bilhões (R\$ 71,78 bilhões).

PR quer evitar apagão de mão de obra

21/06/2011- Gazeta do Povo

Para evitar a fuga de investimentos, é preciso combater a falta de mão de obra qualificada, alegaram ontem sindicatos, associações e federações que estiveram reunidos com o governador Beto Richa (PSDB) e cinco secretários estaduais. A dificuldade de preencher as vagas disponíveis no mercado tem impedido um maior crescimento das indústrias instaladas no estado e dificultado o desembarque de novas empresas, segundo as entidades.

"Nós deixamos de trazer empresas para Curitiba e para o Paraná pela falta de mão de obra qualificada", afirmou o secretário municipal do Trabalho e Emprego de Curitiba, Paulo Bracarense. "O estado corre o risco de sofrer o apagão de mão de obra", acrescentou, no entanto sem divulgar quais seriam as empresas que teriam optado por outros estados - Bracarense apenas afirmou que eram do setor de tecnologia da informação.

Geração de empregos desacelera

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informou ontem que o saldo líquido de empregos criados com carteira assinada no país em maio foi de 252.067. O volume é bem inferior ao recorde de 349 mil empregos celetistas (já descontadas as demissões do período) verificado no mesmo mês do ano passado, e também é inferior ao resultado de abril (294 mil vagas), contrariando a expectativa do ministro de que o saldo de maio seria maior. Os números fazem parte do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado pelo MTE.

O 1,16 milhão de empregos gerados em 2011 estão abaixo também dos números dos cinco primeiros meses de 2010, quando mais de 1,3 milhão de empregos foram gerados. Ainda assim, o ministro Carlos Lupi segue dizendo que o país terminará 2011 com 3 milhões de novos empregos formais. "Estamos com muitos investimentos no Brasil ainda, principalmente os investimentos internacionais. Estamos com muitos preparativos para a Olimpíada, a Copa do Mundo, muitos investimentos do PAC, o Minha Casa, Minha Vida", justificou.

Ministro fará proposta sobre domésticos

Até o fim do ano, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, apresentará um projeto de lei com ideias sobre a formalização do emprego doméstico para a presidente Dilma Rousseff avaliar. "Não tenho fórmula pronta. Acabei de chegar da reunião da Organização Internacional do Trabalho [OIT]", disse.

Para o ministro, é preciso adaptar a realidade do mercado de trabalho à situação dos empregados domésticos. Segundo ele, há cerca de 7 milhões de trabalhadores atuando nos lares brasileiros e a perspectiva é de que os que possuem carteira assinada não passem de 10% desse total. Atualmente, esses trabalhadores ainda não têm direito a FGTS, seguro desemprego, abono salarial e hora extra.

De acordo com o secretário de Estado do Trabalho, Luiz Claudio Romanelli, o Paraná tem 17 mil vagas abertas, sendo 6,5 mil na capital. Ainda segundo ele, esses números são resultado da falta de uma política de preparação e qualificação e de investimentos nos anos anteriores. "Nós estamos pagando agora o preço do desmonte dos cursos profissionalizantes na década de 90. É necessário um longo período para formar profissionais qualificados", diz.

"Estrangeiros"

No curto prazo, uma forma de atender as necessidades do setor produtivo é importar mão de obra de outros estados, algo que já ocorreu em outras ocasiões no Paraná. Um exemplo é obra de ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária (região metropolitana de Curitiba), onde, segundo Romanelli, cerca de 14 mil funcionários, de um total de 20 mil, vinham de fora. "É inevitável que venha mão de obra de outros estados. Já temos recebido esse contingente; são trabalhadores da Bahia e norte de Minas Gerais, tanto em Curitiba como no interior. A construção civil está trazendo de outros países da América do Sul", ressalta Romanelli. "Toda mão de obra que venha para atender a necessidade é bem vinda", reforça o vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon-PR), José Eugenio Gizzi.

A situação deve se repetir nos novos empreendimentos da italiana Techint, que vai contratar 4,5 trabalhadores para a construção de duas plataformas fixas completas em Pontal do Paraná, no litoral. O projeto está avaliado em R\$ 1 bilhão.

Apesar de a invasão estrangeira influenciar de forma direta a produção paranaense, Bracarense afirma que essa não é a solução definitiva para o problema. "A importação da mão de obra vem e vai embora. O ideal é acelerar a qualificação e aumentar os investimentos", afirma.

Idosos

O retorno de pessoas idosas ao mercado de trabalho também seria uma forma de diminuir a possibilidade de apagão no estado. Para o secretário, é mais fácil e rápido “modernizar” esses profissionais do que qualificar os novos. “Já estamos trabalhando com a recolocação das pessoas mais idosas no mercado”, diz.

A qualificação profissional é um dos pilares do programa Paraná Competitivo – as outras linhas de ação são fiscal, de internacionalização, de infraestrutura e de desburocratização. De acordo com o governo estadual, o relatório resultado do encontro de ontem, onde todos os representantes puderam dar suas opiniões e sugestões, estará pronto dentro de 15 dias e deve servir de referência para a execução de novas medidas.

Empresários investem para elevar produção

21/06/2011- Gazeta do Povo

A expansão da capacidade de produção é o principal motivo para a realização de investimentos produtivos em 2011, segundo 36% das empresas de transformação ouvidas na Sondagem de Investimentos da Indústria da Transformação. O levantamento, divulgado ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), é um recorte especial da Sondagem Conjuntural da Indústria da Transformação, que consultou 812 empresas entre os meses de abril e maio.

De acordo com a FGV, nos anos em que há intenção de ampliar a capacidade produtiva, as taxas de investimento da indústria costumam ser relativamente maiores. Desde 1998, a expansão de capacidade foi o objetivo mais citado para os investimentos em apenas quatro edições: 2007, 2008, 2010 e 2011. Em 2010, a proporção de empresas prevendo investir prioritariamente na expansão de capacidade havia sido de 40%.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) chegou a 57,9 pontos em junho, de acordo com dados divulgados ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em uma escala na qual valores acima dos 50 pontos indicam otimismo, o indicador apresentou ligeira melhora de 0,4 ponto em relação a maio deste ano, mas ainda está 8,1 pontos abaixo do patamar verificado em junho do ano passado.

Para o economista da CNI Marcelo de Ávila, apesar da relativa estabilidade no Icei em relação ao mês passado, o otimismo dos empresários deve retomar a trajetória de queda que vinha sendo registrada desde janeiro. “Essa trajetória deve continuar porque as condições da economia são desfavoráveis aos negócios, com taxa de juros crescente, câmbio valorizado e desaceleração do crédito”, afirmou em nota.

Os empresários continuam pessimistas em relação à situação atual da economia brasileira, com indicador em 44,9 pontos, abaixo da linha divisória dos 50 pontos. De acordo com a CNI, dos 26 setores da indústria analisados, 24 relataram uma piora na percepção do andamento da economia. Já a avaliação sobre as próprias empresas ficou estável em 50 pontos. Ainda assim, as perspectivas dos empresários para os

próximos seis meses continuaram positivas, com indicador em 62,6 pontos, uma expansão de 0,5 ponto em relação a maio.

O segundo motivo mais citado para a realização de investimentos produtivos em 2011 foi o aumento da eficiência produtiva, apontado por 33% das empresas, ante os 28% registrados em 2010. Já a indicação de substituição de máquinas e/ou equipamentos foi citada por 15% das indústrias, ante 18% em 2010. A proporção de indústrias de transformação que declara estar sem programa de investimento foi de 16% em 2011, ante 14% em 2010.

Dificuldades

O percentual de empresas que apontaram alguma dificuldade para realizar investimentos em capital fixo manteve-se idêntico ao do ano passado: 33% do montante total. O principal fator inibidor de investimentos foi a carga tributária elevada, apontada por 42% das empresas, um aumento de 16 pontos percentuais em relação ao resultado de 2010.

A limitação de recursos próprios foi citada por 34% das empresas como a razão inibidora de investimentos, número inferior aos 42% registrados em 2010. Para 33% das indústrias entrevistadas, o custo de financiamento foi o principal fator para não investirem. Já a limitação de crédito foi indicada por 24% das empresas como inibidora de investimentos, uma diminuição de 2 pontos percentuais em relação ao ano passado, enquanto o item "incertezas acerca da demanda" foi citado por 19% dos entrevistados.

Importações

O aumento nas importações tem causado incertezas acerca da demanda na indústria da transformação, sendo um dos principais fatores limitadores da realização de investimentos em 2011, segundo a Sondagem de Investimentos da Indústria da Transformação. Os setores mais afetados foram os de material elétrico e de comunicação, metalurgia, material de transporte e têxtil.

"Alguns desses setores estão se sentindo menos competitivos. A indústria automobilística, por exemplo, está sofrendo concorrência de automóveis asiáticos no mercado interno", disse Aloisio Campelo, superintendente de Ciclos Econômicos do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV. "O empresário pensa: existe uma demanda, mas ela vai ser suprida por mim ou pela fábrica chinesa de tecidos?", exemplifica.

Por outro lado, os setores de celulose e papel, minerais não metálicos e matérias plásticas mostraram menos incertezas sobre a demanda. "O setor de celulose e papel não tem a ameaça externa, enquanto os outros dois são ligados à construção. Eles estão certos de que o setor vai crescer, não têm preocupação com a demanda", explicou Campelo.

R\$ 2 bilhões para turbinar o porto

21/06/2011- Gazeta do Povo

O porto mais importante para o agronegócio brasileiro enfrenta cobranças de todos os lados, do mercado interno às empresas e portos que recebem as mercadorias exportadas para a Europa. Com sua capacidade operacional perto do limite, o Porto de Paranaguá tenta se desvencilhar de problemas que vão de furos em telhados ao acúmulo de areia no canal de aproximação dos navios.

Mesmo assim, oito meses após a prisão de 63 pessoas por desvio de carga e em meio a denúncias de irregularidades nas contas dos últimos anos, a movimentação de granéis bateu recorde em maio, ao atingir 1,77 milhão de toneladas. Um argumento a mais para o maior plano de reestruturação das últimas duas décadas, que vem sendo articulado pela Superintendência da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonia (Appa).

“O mercado precisa de um serviço adequado. Nós temos que ajeitar o que for possível”, argumenta o superintendente Airton Vidal Maron, no cargo há cinco meses. No entanto, para redimensionar a estrutura e ganhar um fôlego para 20 anos, a Appa tenta reunir R\$ 2 bilhões e depende principalmente da ajuda do governo federal. Os R\$ 440 milhões em caixa devem ser destinados a reformas pontuais. R\$ 2,8 milhões acabam de ser destinados a obras como reforma de telhados e pintura.

A maior parcela dos R\$ 2 bi – R\$ 470 milhões – é para o Corredor de Exportações, estrutura de nove terminais e três berços de embarque de grãos. A obra, um dos nove projetos em andamento, inclui a construção de um píer em forma de T que permitirá a atracação de mais quatro navios. Pelo corredor é que o Brasil embarcou 18% da soja em grão e 38% do farelo de soja exportados em 2010.

Ao todo, estão projetados 12 novos berços, que elevariam de 20 para 32 o número de vagas para navios no cais de 2,8 quilômetros. Essa ampliação é de 60%, mas a movimentação pode crescer mais que isso com a nova estrutura, diz Maron.

As reclamações entre os importadores europeus estão relacionadas principalmente aos atrasos. “O problema de Paranaguá é a lentidão. Tentamos nos antecipar importando na entressafra, mas nem sempre é possível”, afirma Fernando Del Moral, chefe de Operações da Sea Invest no Porto de Montoir, um dos principais da França. O país importa 17% do farelo de soja que o Brasil exporta (2,33 milhões de toneladas em 2010) – dois terços por Paranaguá.

Um navio leva 17 dias de Paranaguá ao Porto de Montoir, mas pode ficar mais de 30 dias ao largo do litoral paranaense esperando para atracar. Quando o prazo vai além do previsto, os exportadores gastam US\$ 50 mil ao dia a mais por navio. “Esse é apenas um dos problemas. Nossas prioridades são o aprofundamento do canal e um carregamento mais rápido, que resolveriam, por tabela, as filas de caminhões e navios”, afirma Nilson Camargo, especialista em infraestrutura da Federação da Agricultura do Paraná (Faep).

A reestruturação do Porto de Paranaguá não vai eliminar outros gargalos da exportação, que abrangem rodovias e ferrovias e podem interferir nos embarques. Três meses após os desmoronamentos provocados pelas enxurradas de março, o trânsito ainda flui em pista simples em dois pontos da BR-277 na Serra do Mar. Na

época, o litoral ficou isolado. O porto não foi paralisado porque os armazéns estavam carregados e porque a própria chuva interrompeu as operações nos navios.

Brasil cria até maio 1,17 milhão de vagas formais

21/06/2011- Gazeta do Povo

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados nesta segunda-feira (20) pelo Ministério do Trabalho mostram que foram criados **252.067** empregos com carteira assinada em maio deste ano.

O número de empregos criados não é recorde histórico para meses de maio. O melhor resultado para o quinto mês de um ano foi registrado em 2010 - quando foram criados 298 mil empregos com carteira assinada.

O resultado também frustrou a expectativa do ministro do Trabalho, **Carlos Lupi**, que havia previsto, para este mês, um resultado superior a abril, quando foram abertas 272 mil vagas.

Acumulado do ano

Segundo dados do Caged, emprego formal também não bateu recorde para o período de janeiro a maio. Nos cinco primeiros meses de 2011, a criação de vagas formais somou 1,17 milhão. Neste caso, o governo considera os empregos registrados após o prazo formal de envio para o período de janeiro a abril deste ano. O valor ficou abaixo do registrado em igual período do ano passado (1,38 milhão de vagas no conceito ajustado - englobando os empregos fora do prazo em 2010).

Ano passado

Em todo ano passado, os números do governo mostram que foram criados 2,5 milhões de empregos com carteira assinada no país, recorde histórico. Porém, a meta foi atingida somente com mudanças no formato de divulgação dos dados do Caged - que passaram a incorporar, no mesmo ano, as informações enviadas pelas empresas fora do prazo.

Importação inibe indústria de transformação

21/06/2011- Gazeta do Povo

O **aumento nas importações** tem causado incertezas sobre a demanda na **indústria da transformação**, sendo um dos principais fatores limitativos à realização de investimentos em 2011, segundo a **Sondagem de Investimentos da Indústria da Transformação**, levantamento divulgado hoje pela Fundação Getúlio Vargas (**FGV**). Os setores mais afetados foram os de material elétrico e de comunicação; metalurgia; material de transporte; e têxtil. O levantamento é um recorte especial da Sondagem Conjuntural da Indústria da Transformação, que consultou 812 empresas entre os meses de abril e maio.

"Alguns desses setores estão se sentindo menos competitivos. A indústria automobilística, por exemplo, está sofrendo concorrência de automóveis asiáticos no mercado interno", disse Aloisio Campelo, superintendente de Ciclos Econômicos do

Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da FGV. "Ele pensa: existe uma demanda, mas ela vai ser suprida por mim ou pela fábrica chinesa de tecidos?"

Por outro lado, os setores de celulose e papel, minerais não metálicos e matérias plásticas mostraram menos incertezas sobre a demanda. "O setor de celulose e papel não tem a ameaça externa enquanto os outros dois são ligados à construção. Eles estão certos que o setor vai crescer, não têm preocupação com a demanda", explicou Campelo.

Bosch oferece R\$ 6 mil de PLR; proposta será votada na terça-feira

21/06/2011- Gazeta do Povo

Em uma reunião com representantes do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), a Bosch apresentou, nesta segunda-feira (20), uma nova proposta de **Participação nos Lucros e Resultados (PLR)** para os trabalhadores. Uma assembleia dos funcionários deve decidir, na terça-feira (21), se a greve acaba ou não. A paralisação começou na última [sexta-feira](#) (17).

Pela nova proposta, os trabalhadores da empresa vão receber R\$ 6 mil se atingirem 100% das metas. O valor da PLR sobe para R\$ 7 mil se a meta for ultrapassada em 15%, e para R\$ 8 mil se a meta for ultrapassada em 30%. A primeira parcela da PLR seria paga em 1º de julho de 2011. Dois dias da greve serão descontados dos salários.

O sindicato classificou as metas como muito difíceis de atingir. "Nós entendemos que essa seria uma proposta razoável antes da paralisação. Hoje ela já não é boa por causa dos dias parados. Quanto ao valor, considerando o mesmo indicador de metas do ano passado, o trabalhador conseguiria alcançar no máximo R\$ 6.240", avalia o presidente do Sindicato, **Sérgio Butka**.

A proposta anterior era de R\$ 4,8 mil para cumprimento de 100% das metas. A categoria reivindica PLR de R\$ 9 mil, com a primeira parcela de R\$ 5 mil. A fábrica da Bosch produz bombas injetoras para sistemas a diesel e conta com 4,6 mil funcionários (3,6 mil na produção e mil no setor administrativo).

Em maio, Paraná criou 16,7 mil empregos celetistas, aponta Caged

21/06/2011- O Estado do Paraná

Dados divulgados nesta segunda-feira (20) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), apontaram que, durante o mês de maio deste ano, foram criados 16.789 empregos celetistas no Paraná, equivalente ao crescimento de 0,68% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada do mês anterior.

O MTE ressalta ainda que o Estado apresentou a maior geração de empregos da região Sul. Os setores de atividade que mais contribuíram para este resultado foram Indústria de transformação (+4.786 postos), construção civil (+3.762 postos), serviços (+3.734 postos), comércio (+2.894 postos) e agropecuária (+1.342 postos).

Na série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo, nos cinco primeiros meses do corrente ano, houve acréscimo de 91.039 postos (+3,82%).

Ainda na série com ajustes, nos últimos 12 meses verificou-se crescimento de 6,27% no nível de emprego ou +146.142 postos de trabalho.

Na Região Metropolitana de Curitiba, o Caged registrou acréscimo de 4.309 empregos formais em relação ao mês anterior ou (+0,43%).

Nacional

Em todo o Brasil, durante o mês de maio, o MTE contabilizou 252.067 empregos criados com carteira assinada. Conforme adiantou pela manhã o ministro Carlos Lupi, o resultado ficaria acima de 200 mil novos postos. O total de novas vagas, no entanto, é inferior ao recorde de 349 mil empregos formais, já descontadas as demissões do período, verificado no mesmo mês do ano passado. Também é inferior ao resultado de abril, contrariando a expectativa do ministro de que o saldo de maio seria maior.

Em abril, o número de novas vagas de trabalho formais - já descontadas as demissões -, foi de 294 mil, segundo o dado revisado pela Pasta este mês. Antes da revisão, o ministério tinha contabilizado a criação de 272,2 mil novos empregos celetistas em abril. Estes números fazem parte do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado nesta tarde pelo MTE.

A geração de vagas superou as demissões em 1.171.796 no acumulado dos cinco primeiros meses de 2011, conforme os dados do Caged. No mesmo período do ano passado, conforme cálculo feito pela Agência Estado com base nos números do Caged, o saldo havia sido de 1,519 milhão de novos postos.

A meta de Lupi é atingir três milhões de novos postos formais este ano ante 2,584 milhões verificados no ano passado. Segundo ele, ao contrário de 2010, o segundo semestre será mais propício à criação de vagas de trabalho. No ano passado, foram gerados 1,774 milhão de postos formais na primeira metade do ano e 810 mil no segundo semestre - lembrando que, em dezembro, houve mais demissões do que contratações, com um saldo negativo de 423 mil vagas.

Produção de aço no País cresce 9% de janeiro a maio

21/06/2011- O Estado do Paraná

A produção brasileira de aço bruto atingiu em maio 3,3 milhões de toneladas, o que corresponde a uma alta de 14,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Na comparação com abril, a produção registrou um incremento de 9,6%, segundo dados divulgados hoje pelo Instituto Aço Brasil (IABr). Com esse resultado, a produção acumulada de janeiro a maio totalizou 14,8 milhões de toneladas de aço bruto, um incremento de 9% em relação a igual período de 2010.

Os dados do IABr mostram que as vendas internas caíram 0,4% no mês passado ante maio de 2010, somando 2 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos. Já em comparação a abril, as vendas cresceram 3,9%. No acumulado do ano, as vendas

totalizam 9,3 milhões de toneladas. O resultado significa um aumento de 4,8% frente ao registrado entre janeiro e maio de 2010. Em maio, o setor importou 284,6 mil de toneladas de produtos siderúrgicos (US\$ 354 milhões).

No acumulado do ano, a importação alcança 1,4 milhão de toneladas, o que corresponde a uma queda de 38,9% frente ao mesmo período do ano passado. Já as exportações somaram 948,1 mil toneladas em maio (US\$ 773,7 milhões). Com esse resultado as exportações em 2011 somam 4,6 milhões de toneladas (US\$ 3,5 bilhões), representando aumento de 33,4% em volume e de 71,4% em receita se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Pontualidade de pagamento das micro e pequenas empresas cai em maio

21/06/2011- O Estado do Paraná

A pontualidade de pagamento das micro e pequenas empresas recuou para 94,5% em maio de 2011, vindo de 94,6% no mês imediatamente anterior. Isto significa que, durante o mês passado, a cada mil pagamentos realizados, 945 foram quitados à vista ou com atraso máximo de sete dias. Na comparação com o mesmo mês do ano passado (maio/2010), a pontualidade de pagamentos recuou 0,7 ponto percentual (em maio de 2010 a pontualidade havia sido de 95,2%), perfazendo a terceira queda interanual consecutiva do indicador.

De acordo com os economistas da Serasa Experian, a alta dos juros e o conseqüente aperto nas condições de crédito estão produzindo efeitos adversos sobre o custo financeiro e o caixa das micro e pequenas empresas, afetando negativamente a pontualidade de pagamentos junto aos seus credores, financeiros e operacionais.

Em maio passado as maiores quedas interanuais (em comparação a maio de 2010) na pontualidade de pagamentos ocorreram nas micro e pequenas empresas industriais (reco de 0,8 ponto percentual) e de serviços (queda de 1,4 ponto percentual). Já nas micro empresas do setor comercial houve reco anual de 0,2 ponto na pontualidade de pagamento em maio/11. Tal resultado foi motivado pelas boas vendas do Dia das Mães neste ano de 2011, contribuindo para melhorar a geração de caixa das micro e pequenas empresas varejistas no mês passado neutralizando, ainda que parcialmente, as maiores pressões dos custos financeiros.

O valor médio dos pagamentos efetuados pontualmente pelas micros e pequenas empresas durante o mês de maio atingiu R\$ 1.741,55, subindo 6,1% em relação ao verificado no mês imediatamente anterior (abril/11). No acumulado dos primeiros cinco meses de 2011, em relação ao mesmo período do ano passado, o valor médio dos pagamentos pontuais elevou-se em 3,4% (R\$ 1.550,42 contra R\$ 1.499,84).

TAM e Gol traçam rotas diferentes na manutenção

21/06/2011- Valor Econômico

As duas maiores empresas aéreas brasileiras traçam estratégias distintas para o negócio de manutenção de aeronaves. Enquanto a TAM deve iniciar o desmembramento dessa divisão no segundo semestre para buscar mais receita com terceiras empresas; sua maior rival, a Gol prevê fazer a manutenção apenas da própria frota e alcançar 100% da capacidade instalada no fim do próximo ano.

A TAM Manutenção vai deixar de ser uma grande divisão da TAM para ser uma empresa debaixo do guarda-chuva da holding TAM S.A no segundo semestre, revela o vice-presidente de manutenção, Ruy Amparo. No dia 6 de junho, a presidente do conselho de administração da TAM, Maria Cláudia Amaro, informou ao **Valor** que esse plano deve ser concluído em 2012.

Segundo Amparo, de 2008 até hoje, o faturamento da TAM Manutenção gerado com terceiras empresas alcançou 15%. O restante é da própria frota. Até 2015, após tornar-se uma empresa independente, o plano é obter 40% do faturamento com outras companhias aéreas.

"Começamos a terceirizar o atendimento, em meados de 2006, de forma marginal porque o mercado batia na nossa porta. Em 2007, a TAM estabeleceu um programa para buscar novas fontes de lucros em outros negócios", afirma Amparo. De acordo com ele, a TAM aplicou em torno de R\$ 200 milhões para ter sua atual infraestrutura, em São Carlos, interior de São Paulo.

Desde 2006, quando decidiu inaugurar uma estrutura focada em manutenção, a Gol já desembolsou R\$ 90,5 milhões em seu centro de manutenção no aeroporto de Confins (MG), que faz revisão apenas da própria frota, atualmente com 118 aviões.

São três hangares que operam com 85% da capacidade. Qualquer decisão sobre novos investimentos só deverá ocorrer em 2012, quando a Gol alcançaria o teto de capacidade, diz o vice-presidente técnico da companhia, Adalberto Bogsan.

O centro de manutenção da Gol tem três hangares, com capacidade para atender 14 aviões simultaneamente. "A gente já discutiu várias vezes esse tema [terceirizar o atendimento], mas o foco da área de manutenção é atender a frota da Gol", afirma o vice-presidente técnico da Gol.

A capacidade diária de atendimento da manutenção da TAM é de nove aviões. Amparo afirma que há dois planos de expansão, cuja execução depende de uma negociação com o governo estadual de São Paulo, por meio do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp).

A TAM reivindica a ampliação da pista do aeroporto de São Carlos, atualmente com 1.720 metros de comprimento e 45 metros de largura.

Com essa obra, a companhia poderia passar a fazer reparos em aviões de grande porte, como o Boeing 777 ou o 747, aviões com capacidade para mais de 350 passageiros.

Atualmente, a TAM Manutenção pode fazer reparos em oito tipos de avião, sendo a maioria da Airbus, que compõem a maior parte de sua frota, com 152 aviões.

"A ampliação da pista do aeroporto de São Carlos foi tratada, hoje [ontem], em reunião no Daesp com a diretoria da TAM. O Daesp irá analisar o assunto", informou o Daesp.

Caso essa obra não saia do papel, Amparo diz que outro plano é dobrar a capacidade da manutenção dos aviões de corredor único, de médio porte. De acordo com o executivo, a TAM não tem a intenção de bancar o investimento para ampliar a pista do aeroporto de São Carlos.

Exigência de capital faz banco menor reduzir ritmo do crédito

21/06/2011- Valor Econômico

A exigência de mais capital dos bancos que operam linhas de financiamento de longo prazo a pessoas físicas começa a ser efetivada em julho e as instituições de pequeno e médio portes já sentem seus efeitos, enquanto buscam se adaptar. O Bonsucesso, por exemplo, especializado em crédito consignado, diminuiu o ritmo das concessões de empréstimos em 30% de janeiro a maio deste ano, comparado com igual período de 2010, para algo em torno de R\$ 80 milhões mensais. O BMG, líder desse segmento, reduziu em cerca de 15% sua produção no mesmo intervalo de tempo - a média mensal de R\$ 700 milhões caiu para R\$ 600 milhões.

Em dezembro, o Banco Central ampliou o requerimento de capital para operações de consignado com prazos superiores a 36 meses de 11% para 16,5% do valor dos empréstimos concedidos. A medida vale para créditos contratados a partir de dezembro, mas a alocação do capital começa a valer em julho. No caso dos financiamentos de veículos, o BC estabeleceu uma espécie de tabela que leva em consideração tanto o prazo do empréstimo como o valor de entrada dado pelo comprador para que o aumento seja (ou não) aplicado.

A estratégia dos bancos para tentar minimizar os impactos da nova regra varia conforme a estrutura de capital de cada uma das instituições.

O BMG apresentava, em março, índice de Basileia (que mede a relação entre o capital e o volume dos ativos) de 14,14%. O mínimo exigido pelo Banco Central (BC) é de 11%. "É preciso encontrar alternativas de criação de capital", reconhece Ricardo Gelbaum, diretor executivo do BMG, completando que o banco está sempre olhando para caminhos estratégicos. "O mundo passa por consolidação", diz. O BMG também conta com um espaço para emissão de dívida subordinada de aproximadamente US\$ 200 milhões, recursos que entram como capital de nível 2. Uma opção analisada é lançar letras financeiras subordinadas.

O Bonsucesso tinha, em março, índice de Basileia mais folgado que o do BMG, de 17,9%. Mas nem por isso o cenário está muito mais confortável. "Estamos diminuindo o volume de produção de crédito, dando prioridade aos contratos mais rentáveis", afirma Paulo Henrique Pentagna Guimarães, presidente do Bonsucesso.

Na opinião de especialistas, os bancos com atuação voltada para o crédito consignado tendem a sofrer mais para se ajustar a prazos mais curtos do que aqueles especializados em financiamento de veículos. Como a parcela do crédito consignado só pode atingir um máximo de 30% do salário do tomador, uma redução de prazo implica, necessariamente, em redução do volume de empréstimo. Pentagna, do Bonsucesso, diz que mesmo assim vem tentando reduzir alguns convênios para 36 meses. "Não podemos continuar com o mesmo ritmo de originação."

Além de ter de comprometer mais capital para conceder crédito, os bancos também dependem da capacidade de captar recursos para continuar girando a máquina. O panorama, também nesse caso, não é dos mais animadores. Retração no mercado de cessão de crédito e encarecimento das taxas de captação, aqui e lá fora, ampliam os desafios dos bancos pequenos e médios que operam linhas de varejo.

O Bonsucesso tem centrado esforços na criação de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), tanto para levantar recursos como para aliviar o índice de

Basileia. No início do mês, seu FIDC de crédito consignado de R\$ 200 milhões, lançado em fevereiro de 2010, recebeu uma segunda tranche de R\$ 220 milhões. A previsão de Pentagna é completar o programa de captação até setembro, que ao todo deve alcançar R\$ 1 bilhão.

"A cessão de créditos para FIDC dá tranquilidade ao banco porque o risco não fica retido em balanço", explica Pentagna. Dependendo do volume de ativos de crédito a ser produzido, o novo aporte de R\$ 220 milhões no FIDC do Bonsucesso pode significar um ponto percentual de folga em seu índice de Basileia. "Existe ainda a vantagem de casar o prazo de ativos e passivos, além da moeda."

O Bonsucesso segue a fórmula do Cruzeiro do Sul. O banco da família Indio da Costa encerrou o primeiro trimestre de 2011 com uma carteira de crédito consignado de R\$ 6,544 bilhões, sendo que R\$ 1,492 bilhão em ativos estavam contabilizados no balanço e R\$ 5,051 bilhões em cotas subordinadas de FIDCs. "Temos boa capitalização para continuar operando", diz Fausto Guimarães, superintendente de relações com investidores do Cruzeiro do Sul.

O banco fez uma emissão de US\$ 400 milhões de dívida subordinada em setembro do ano passado e seu índice de Basileia atingiu 18,9% no primeiro trimestre. Desse total, o banco ainda não pode aproveitar cerca de US\$ 100 milhões como capital porque, antes, precisa crescer o seu patrimônio líquido se quiser ganhar mais espaço no capital de nível 2.

Guimarães minimiza a questão do maior requerimento de capital. "Fizemos uma simulação dos impactos da nova exigência de capital para toda nossa carteira, em vez de apenas os contratos firmados a partir de dezembro, e a Basileia ficaria ainda em 15%", diz Guimarães. O cálculo não leva em conta as carteiras cedidas aos FIDCs.

Dentre os bancos pequenos e médios que operam com consignado, o Paraná Banco é o que se encontra em situação mais tranquila em termos de capital, com índice de Basileia de 32% ao fim do primeiro trimestre. "O fato é que a medida, para nós, foi benéfica", diz Mauricio Fanganiello, gerente de relações com investidores. "Não temos preocupação até meio do ano que vem e vamos aproveitar as oportunidades."

Os dados do BC sobre operações de crédito no sistema financeiro mostram crescimento da oferta de empréstimo pessoal - na qual o consignado detém participação de 59,7%. A média de concessões diárias em abril ficou 20,6% maior do que em dezembro e 9,8% superior a abril de 2010. Essa expansão, no entanto, tem sido puxada pelos grandes bancos de varejo, cada vez mais atuantes nessa modalidade, especialmente para aposentados e pensionistas do INSS.

Para Érico Sodré Quirino Ferreira, presidente da Associação nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), as estratégias de atuação estão mais ligadas à situação de Basileia de cada instituição do que a seu porte. "Se o índice não está próximo do mínimo exigido pelo BC, não existe problema em ser pequeno, médio ou grande", afirma. "Se eu tivesse folga de Basileia, aproveitaria para ganhar 'market share'", diz Ferreira, que também preside a financeira Omni.

A participação nos lucros e resultados

21/06/2011- Valor Econômico

A participação nos lucros e resultados (PLR) prevista no inciso XI, do artigo 7º da Constituição foi regulamentada por meio de Medidas Provisórias a partir de 1994, até a publicação da Lei nº 10.101, de 2000.

A lei instituiu requisitos formais como a negociação entre empregadores e empregados, por meio de comissão, integrada também por um representante do sindicato da categoria ou de convenção/acordo coletivo. Assim como requisitos materiais com regras claras e objetivas quanto aos direitos substantivos e das regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição do seu cumprimento, periodicidade da distribuição, vigência e prazos de revisão. E o critério de pagamento pode ter por base, entre outros, índices de produtividade, qualidade ou lucratividade ou de programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente.

Entretanto, o caráter não exaustivo desta norma tem trazido dúvidas no momento da instituição dos planos de participação e em diversos casos contencioso envolvendo a fiscalização e contribuintes.

Por isso, a evolução da jurisprudência administrativa e judicial a respeito da PLR é muito importante, já que aumenta o grau de segurança na sua aplicação, contribuindo inclusive para sua ainda maior difusão.

O primeiro ponto que caminha para definição é se a PLR instituída antes da primeira MP também estaria dissociada da remuneração do empregado. E recentemente o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a repercussão geral dessa questão, que deverá ser analisada pelo Pleno (RE 569.441).

Já o Superior Tribunal de Justiça (Resp 865.489/RS) decidiu que a falta de homologação de acordo no sindicato e/ou de seu registro não descaracteriza a PLR, desde que respeitados os pressupostos materiais. O TST, por sua vez, já decidiu que o pagamento da PLR com periodicidade superior a duas vezes no ano não desnaturaria a sua natureza (RR - 189500-92.2004.5.15.0102).

Ainda mais relevante é a evolução jurisprudencial quanto aos requisitos materiais. Nesse contexto, a avaliação do posicionamento do Conselho de Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) é dificultada pelo seu caráter casuístico, com a apreciação da compatibilidade de específicos Acordos à legislação da PLR.

Contudo, é possível extrair dos precedentes do Carf a tendência de uma análise mais teleológica da PLR, visando sempre que possível privilegiar o seu pagamento. E o norte interpretativo mais relevante é a existência de metas concretas que permitam ao empregado entender qual o programa de participação que está sendo instituído e fiscalizar o seu cumprimento.

Consideramos paradigmático o acórdão 244.566, proferido pela 2ª Turma da CSRF de fevereiro de 2010, no qual, a partir da análise de determinada situação concreta, foram definidos parâmetros coerentes de interpretação, e que podem servir de baliza tanto para os contribuintes quanto para a fiscalização.

A decisão reconhece que a regulamentação visa que a PLR seja fruto de negociação efetiva entre as partes, sendo que por isso não apresenta regras detalhadas sobre os critérios e características dos acordos a serem celebrados. Assim, as partes têm liberdade para definir o plano que melhor se adapte à sua realidade, desde que mantida a compatibilidade com a natureza e os objetivos da PLR (integração capital e trabalho, não sendo substitutiva da remuneração normal). Com relação aos critérios materiais, a lei não determina que obrigatoriamente devam ser utilizados aqueles que indica nos seus incisos I (índices de produtividade, qualidade ou lucratividade) e II (programas de metas, resultados e prazos), podendo as partes definir outros critérios ou mesclar mais de um, desde que mantida a já citada compatibilidade.

O primordial para a validade do acordo é a formulação de regras claras e objetivas, que afastem a possibilidade de dúvida ou controvérsia entre as partes quanto ao seu cumprimento. Para isso, devem estar previsto mecanismos de aferição do acordado, periodicidade da distribuição, vigência e prazos de revisão. Já a previsão no acordo apenas de regras gerais, com a indicação de que a definição de metas e parâmetros concretos constará de outros instrumentos (por exemplo, planos individuais e coletivos de metas), não invalida a PLR, desde que os empregados participem da construção destes instrumentos, que também devem apresentar regras inteligíveis, e possam acompanhar a sua aplicação (acórdão 2402-00.125 da 2ª a seção do Carf).

Mais controversa é a exigência ou não de extensão do plano a todos os empregados da empresa, havendo precedentes nos dois sentidos (no julgado da CSRF indicado, foi validado plano não extensivo a todos). Já sobre a possibilidade de parâmetros diferentes de PLR por categorias de trabalhadores, no já citado acórdão 2402-00.125 reconheceu-se como válida a diferenciação do plano para executivos, tendo em vista a natureza específica da sua atividade, o grau de especialização e de responsabilidade. Contudo, são dois pontos que ainda aguardam uma consolidação do entendimento.

Pode-se afirmar, então, que a jurisprudência vem evoluindo, principalmente após a transferência das questões de custeio previdenciário ao CARF, para a maior definição da interpretação legal da PLR, o que é de grande importância para o aumento da segurança jurídica na sua implementação.

Confiança na economia é estável em junho

21/06/2011- Agência CNI

Brasília – A confiança do empresário industrial sobre a economia e a situação das suas empresas, que há quatro meses, apesar de otimista, registrava queda, manteve-se estável em junho na comparação com maio. O indicador aumentou 0,4 ponto de um mês para o outro, atingindo 57,9 pontos, o que confirma manutenção do otimismo do empresariado. A informação é do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), divulgado pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) nesta segunda-feira, 20 de junho. O ICEI varia de zero a cem. Valores acima de 50 pontos indicam empresários confiantes.

Na comparação com junho de 2010, o indicador diminuiu 8,1 pontos e está abaixo da média histórica, de 59,7 pontos. De acordo com o economista da CNI Marcelo de Ávila, apesar da estabilidade no otimismo dos empresários verificada de maio para junho, a previsão é de que suas expectativas retomem a trajetória de queda registrada desde janeiro último. “Essa trajetória deve continuar porque as condições da economia são desfavoráveis aos negócios, com taxa de juros crescente, câmbio valorizado e desaceleração do crédito”, explica Ávila.

O ICEI é formado por quatro indicadores, reunidos em dois grupos – avaliação das condições atuais da economia e da empresa em relação aos seis meses anteriores e expectativas para os próximos seis meses também sobre o desempenho da economia e da empresa.

PESSIMISMO - Na avaliação das condições atuais em comparação aos seis meses anteriores, os empresários continuam pessimistas. O indicador manteve-se igual ao do mês de maio, com 44,9 pontos, abaixo da linha divisória dos 50 pontos. Dos 26 setores da indústria de transformação analisados, 24 registraram opinião de piora da economia. Somente os empresários do setor de outros equipamentos de transporte declararam-se otimistas sobre o momento atual da economia em relação aos últimos seis meses, com 52,4 pontos, enquanto os industriais do segmento de refino de petróleo acreditam estar havendo estabilidade na economia, com o indicador marcando 50 pontos.

Na avaliação da situação atual da empresa comparativamente a seis meses atrás, o indicador encontra-se estável, na linha divisória dos 50 pontos. Os empresários da indústria de transformação são os únicos que estão pessimistas nesse quesito, com indicador abaixo da linha divisória dos 50 pontos.

Apesar do pessimismo em relação às condições atuais da economia e da empresa, os industriais estão otimistas sobre as perspectivas dos próximos seis meses. Tal indicador, que registrou 62,6 pontos, manteve-se praticamente estável em relação ao mês passado, com aumento de 0,5 ponto. O indicador de expectativas sobre a economia marcou 57,4 pontos e em relação à empresa atingiu 65,1 pontos, ambos acima da linha divisória dos 50 pontos.

A pesquisa do ICEI foi realizada entre 31 de maio e 15 de junho, com 2.216 empresas, das quais 1.153 pequenas, 730 médias e 333 de grande porte.

"Trabalho aprova regulamentação sobre a terceirização em estatais e empresas"

21/06/2011- Jornal da Câmara

"A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou na semana passada o Projeto de Lei 4330/04, do deputado Sandro Mabel (PR-GO), que regulamenta a terceirização nos serviços público e privado. Conforme o texto, a empresa contratante é responsável subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas referentes ao período em que ocorrer a prestação de serviços.

A responsabilidade subsidiária, no entanto, é limitada - o terceirizado só pode cobrar direitos trabalhistas da empresa contratante depois que forem esgotados todos os bens da empresa de prestação de serviços.

O relator na comissão, deputado Silvio Costa (PTB-PE), que preside o colegiado, defendeu a aprovação por considerar que a opção pela terceirização costuma gerar "enorme insegurança jurídica" para os tomadores de serviços, para as empresas prestadoras e para os trabalhadores.

"Isso se deve à inexistência, no ordenamento jurídico brasileiro, de uma legislação

que regule a matéria, deixando claras as responsabilidades de cada parte desse tipo de contrato", definiu.

Atualmente, o Brasil possui um contingente de 8,2 milhões de pessoas que ainda não possui legislação que regule suas relações trabalhistas. São os terceirizados, que representam 22% dos trabalhadores com carteira assinada, segundo estudo do Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros (Sindeprestem), de São Paulo. O deputado Sandro Mabel, porém, acredita que existam mais: entre 10 e 15 milhões, que, avalia, não sabem a quem recorrer quando seus direitos são violados.

Emendas - Em seu relatório, Silvio Costa acatou nove emendas ao texto original. Dessas, sete haviam sido aprovadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e foram reapresentadas na Comissão de Trabalho. Outras cinco emendas aprovadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico foram rejeitadas pelo relator.

Entre as mudanças promovidas por Silvio Costa estão: retirada do trecho que autorizava convenção ou acordo coletivo de trabalho a exigir a imobilização de até 50% do capital social da empresa contratante; nova redação para estabelecer que é responsabilidade subsidiária da contratante garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho é realizado em suas dependências; e garantia de que a contratante oferecerá ao trabalhador terceirizado os mesmos atendimento médico-ambulatorial e refeição oferecidos aos seus empregados nas dependências da contratante.

Além disso, o relator propôs a definição de que a empresa prestadora de serviços contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, ou subcontrata outra empresa ou profissionais para realização desses serviços. Ele também acrescentou a aplicação da lei ao trabalho doméstico e à vigilância e ao transporte de valores, que estavam excluídos do projeto original.

Rejeição - Silvio Costa também sugeriu, e a comissão aprovou, a rejeição do Projeto de Lei 5439/05, da ex-deputada Ann Pontes, que permite a contratação de terceiros apenas para trabalhos temporários e para serviços de vigilância, conservação e limpeza. Essa proposta tramita apensada à de Sandro Mabel. Os projetos tramitam em caráter conclusivo e ainda serão analisados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

COMISSÕES - Vicentinho vê "excessos" e critica a proposta

O Projeto de Lei 4330/04 permite a terceirização de todas as áreas e em todo tipo de empresa, seja ela pública ou privada. Essa falta de limites recebeu críticas de deputados como Vicentinho (PT-SP), que promete lutar contra o projeto como ele está.

"Em média, segundo o Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos], o salário de um trabalhador terceirizado equivale a um terço do que ganham os trabalhadores das empresas formais. Do jeito que está o projeto, tudo pode ser terceirizado. O ideal seria acabar [com a terceirização], mas, como isso não é possível, regulamentar para garantir dignidade e direitos aos trabalhadores. Por isso, a nossa posição é contrária", afirmou Vicentinho.

Segundo ele, a intenção era de que a proposta não fosse votada pela Comissão de Trabalho, para ser analisada no âmbito da Comissão Especial sobre a Regulamentação do Trabalho Terceirizado. Essa comissão começou a funcionar também na semana passada e precisa apresentar um parecer sobre o tema até meados de julho.

Vicentinho é autor de uma proposta (PL 1621/07) que proíbe a terceirização da atividade-fim da empresa. Segundo esse projeto, a atividade-fim só poderá ser desenvolvida por funcionários diretamente contratados, com vínculo de emprego. Além disso, o texto determina a responsabilidade solidária entre a contratante e a prestadora do serviço pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e quaisquer outras decorrentes do contrato.

Pontos positivos - O autor do PL 4330/04, deputado Sandro Mabel (PR-GO), que é também o presidente da comissão especial sobre terceirização, aponta uma série de pontos positivos de sua proposta. Ele ressalta que ela cria obrigações para as empresas de terceirização e para quem toma os serviços de terceirização, dando assim condições para não haver uma precarização do trabalho terceirizado.

"O projeto vai fazer com que todas as empresas que contratam serviços das terceirizadas exijam que estas recolham o INSS e o Fundo de Garantia. Essas medidas vão trazer uma maior segurança para o trabalhador terceirizado", disse Sandro Mabel. (RB)"

Volkswagen cresce 14,6% em 2011

21/06/2011- Newsletter Automotiva

A Volkswagen alcançou recorde de vendas globais entre janeiro e maio deste ano. Pela primeira vez o grupo passou a marca dos 3 milhões de emplacamentos no intervalo, com 3,37 milhões de unidades. O volume representa expansão de 14,6% sobre o mesmo período de 2010, ritmo superior ao do mercado mundial, que avançou 6,8%.

Foram comercializadas 1,5 milhão de unidades na Europa nos primeiros cinco meses do ano, expansão de 9,6%. Os emplacamentos mantiveram a retomada na América do Norte, com alta de 19,7% e 261 mil unidades. O avanço foi de 9,3% na América do Sul, com 376 mil veículos. As regiões Ásia e Pacífico mostraram fôlego com evolução de 21,6% e 1,04 milhão de veículos.

Mudança na jurisprudência poderá ter impacto financeiro em empresas

21/06/2011- DAL/FIEP

Em maio, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) fechou suas portas por uma semana para reavaliar sua jurisprudência. Ao voltar, anunciou uma série de alterações em seu posicionamento, entre elas, a reforma de nove súmulas e duas orientações jurisprudenciais.

Como essas súmulas não têm força de lei podem retroagir e ser aplicadas imediatamente aos casos em andamento, o que já vem ocorrendo. A possibilidade, no entanto, preocupa advogados, pois um dos efeitos das mudanças poderá ser um crescimento inesperado de processos judiciais contra empresas que, até então, aplicavam às suas relações de trabalho o entendimento consolidado pela própria Corte superior.

O caso mais preocupante, na visão de especialistas na área, trata do adicional de periculosidade. Desde 2002, estava consolidado no TST o entendimento, por súmula, de que as companhias poderiam pagar o adicional de forma proporcional aos funcionários que não estivessem todo o tempo expostos a riscos e desde que existisse previsão no acordo coletivo da categoria.

Porém, os ministros reformaram a Súmula nº 364 que trazia esse entendimento e retiraram do texto a possibilidade. A partir de agora, todos os trabalhadores expostos devem receber um percentual de 30% a mais no salário.

A alteração poderá afetar diretamente a folha de pagamentos de usinas, empresas de energia, postos de combustíveis, indústrias de produtos inflamáveis, entre outras. Além de anular convenções coletivas já firmadas sobre a questão por esses setores.

O cancelamento da Orientação Jurisprudencial nº 273, que estabelecia a jornada de operador de telemarketing de oito horas também pode trazer um grande impacto relativo à sua aplicação. Isso porque esses funcionários passam agora a ter jornada de seis horas.

Ainda que a Justiça já tenha utilizado esse posicionamento em casos isolados, mesmo antes do cancelamento da orientação, fica a questão se esses empregados poderão pedir, em massa, as horas extras a partir da sexta hora pelos últimos cinco anos.

Como essas situações não foram analisadas ainda, após as reformas dos textos, advogados de empresas estão receosos de como as mudanças serão aplicadas na prática. Para Túlio de Oliveira Massoni, do Amauri Mascaro Nascimento Advocacia Consultiva, já há jurisprudência do TST e até do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo uso imediato das súmulas.

Em um dos julgados do TST, de 2000, os ministros deixam claro que a Seção Especializada em Dissídios Individuais 1 (SDI-1) - que uniformiza a jurisprudência - já consagrou a tese de que o princípio da irretroatividade das leis não se aplica a enunciados.

Piso salarial sobe acima da inflação

21/06/2011- DAL/FIEP

Favorecidos por um ano de crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho e queda do desemprego, 93,8% dos pisos salariais pagos no Brasil em 2010 foram reajustados acima da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na data base de cada categoria. Em mais da metade das negociações da maioria das categorias profissionais os ganhos reais (acima do INPC) variaram entre 2% e 6%, conforme balanço divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). O aumento real chegou a superar os 8% em 13% do total dos pisos. Apesar do bom resultado, o estudo mostrou que os salários iniciais são muito baixos, já que 94,1% deles não chegavam a R\$ 1 mil no ano passado.

Os dados foram levantados com base em 660 acordos e convenções coletivas que o Dieese analisou em todo o país. Minas Gerais participou com 69 negociações, representando 10,5% do painel. As informações foram agrupadas por setores de atividade e por região. A boa notícia é que depois do Sudeste, que registrou o maior piso salarial, de R\$ 2.600, foi o Nordeste que se destacou, com remuneração de R\$ 2.381,82. Os serviços de saúde pagaram o melhor piso de R\$ 2.600 e o menor salário ficou emparelhado com o mínimo de 2010, de R\$ 510, tanto nas empresas de serviços, quanto no comércio e na indústria.

As negociações salariais foram mais proveitosas para o trabalhador na comparação com 2009, quando 92,9% das 635 negociações analisadas conquistaram reajuste acima do INPC para os pisos. O economista Carlindo Rodrigues de Oliveira, do escritório do Dieese em Minas, observou que no ano passado o aumento de 9,68% do salário mínimo, ao passar de R\$ 465 para R\$ 510, teve contribuição decisiva. "O aumento do mínimo tende a empurrar para cima os pisos mais próximos dele e, além disso, como houve crescimento significativo do emprego, os sindicatos conquistaram melhores resultados", afirmou.

A economia brasileira cresceu 7,5% em 2010, ano em que o saldo de empregos formais (contratações menos demissões) medido pelo Ministério do Trabalho e Emprego somou 2,8 milhões de oportunidades. A taxa de desemprego caiu de 12,6%, em janeiro, para 10,1% em dezembro, nas sete principais regiões metropolitanas do país em que o Dieese acompanha o comportamento do mercado de trabalho (São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Fortaleza e Salvador).

A proporção dos ganhos reais representa também uma medida importante do fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores na mesa de negociações. Dentro da faixa de 53,2% de ganhos reais (acima da inflação), 16,2% ficaram entre 3% e 4% acima do INPC. Segundo Carlindo Rodrigues, 20 pisos analisados tiveram correção real superior a 15%, sendo que 18 deles são pagos em estados que contam com piso próprio, a exemplo de São Paulo e de Santa Catarina.

Os trabalhadores do campo saíram na frente, com 100% de pisos salariais reajustados acima da inflação, seguidos dos empregados da indústria, que ofereceu ganho real em 94,9% das negociações, o comércio, com 94,7% dos acordos nessa condição, e o setor de serviços, com 90,6% do total. Na indústria, os melhores pisos - todos iguais ou maiores que R\$ 1 mil - foram negociados nos acordos dos metalúrgicos, urbanitários (trabalhadores das empresas de serviços de energia, água e esgoto e gás), empregados na construção e mobiliário e na indústria extrativa. No comércio,

conquistaram remuneração superior a R\$ 1 mil os vendedores de produtos farmacêuticos e de combustíveis e nos serviços, pisos além desse patamar beneficiaram trabalhadores na saúde, comunicações, transportes, vigilância, bancos e empresas de seguros de saúde.

Fonte: Blog RT – Relações do Trabalho

Senado aprova criação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

21/06/2011- DAL/FIEP

Segue para sanção presidencial o projeto que cria a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. O Senado aprovou o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado 77/ 2002 (nº 7.077/2002, naquela Casa), do ex-senador Moreira Mendes. A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, instituindo a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

A certidão, que poderá ser retirada de forma gratuita e eletrônica pelas empresas interessadas, comprovará a inexistência de débitos com a Justiça do Trabalho.

O projeto aprovado pelos senadores altera também a Lei das Licitações (Lei nº 8.666, de 1993), tornando obrigatória a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para habilitação em licitações. As empresas que quiserem ser contratadas pela administração pública terão de quitar suas dívidas trabalhistas.

No entendimento dos parlamentares, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas servirá como estímulo para que os empregadores se mantenham em dia com as obrigações trabalhistas e também como instrumento de garantia ao Estado de que suas contratadas sejam empresas idôneas.

A proposta recebeu parecer favorável do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Fonte: Blog RT – Relações do Trabalho

Comissão aprova saque de FGTS para quem tem 35 anos de contribuição

21/06/2011- DAL/FIEP

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou o Projeto de Lei 6768/10, do Senado, que permite a movimentação da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador completar 35 anos de contribuição previdenciária, se homem; e 30 anos, no caso das mulheres.

O projeto altera a Lei do FGTS (8.306/90), que hoje prevê a possibilidade, entre outras, de movimentação da conta do FGTS na ocasião de aposentadoria do trabalhador.

O parecer da relatora, deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), foi pela aprovação da matéria. Segundo ela, atualmente os trabalhadores são estimulados a adiar os pedidos de aposentadoria à Previdência Social por causa do fator previdenciário, que reduz o valor dos benefícios.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Blog RT – Relações do Trabalho

Declarações Fiscais - DCTF de abril deve ser entregue até hoje, dia 21/6

21/06/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado em geral, inclusive as equiparadas, as imunes e as isentas, e os consórcios de sociedades, constituídos na forma dos artigos 278 e 279 da Lei 6.404/76, que realizem negócios jurídicos em nome próprio, inclusive na contratação de pessoas jurídicas e físicas, com ou sem vínculo empregatício, devem apresentar até hoje, dia 21/6, a DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais, com informações relativas ao mês de abril/2011.

A multa por falta de entrega ou entrega fora do prazo da DCTF será de 2%, ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante dos impostos e contribuições informados, limitada a 20%, reduzida à metade se a Declaração for apresentada antes de qualquer procedimento de ofício.

A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 500,00, ou, R\$ 200,00, no caso de pessoa jurídica inativa.

Proposta da Bosch é reprovada e greve dos metalúrgicos continua

21/06/2011- O Estado do Paraná

Os 3,6 mil metalúrgicos da Bosch que trabalham na unidade instalada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) rejeitaram a nova proposta apresentada pela empresa na tarde desta segunda-feira (20) e continuam de braços cruzados. A greve entra hoje no quinto dia.

O principal argumento dos trabalhadores para continuarem em greve é a proposta de participação nos lucros e resultados (PLR) considerada muito abaixo do que o mercado vem pagando em outras metalúrgicas. A última proposta da Bosch é de uma PLR de R\$ 6 mil para 100% das metas de trabalho atingidas, R\$ 7 mil para 115% das metas e R\$ 8 mil para 130% das metas, sendo que o pagamento da primeira parcela, de R\$ 5,2 mil, seria paga em julho.

Essas duas últimas propostas são consideradas inatingíveis pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba. "Temos que considerar o valor para 100% das metas, por que na Bosch jamais foi alcançado acima de 104%, e R\$ 6 mil está muito abaixo do valor reivindicado pelos trabalhadores", diz o presidente do sindicato da categoria, Sérgio Butka.

Caso a Bosch ofereça uma nova proposta até o final da tarde desta terça, uma nova assembleia dos trabalhadores acontece na manhã de quarta-feira (22). Se a empresa

não se manifestar, uma nova assembleia será realizada apenas na próxima segunda-feira (27).

A reivindicação dos metalúrgicos é de uma PLR de, no mínimo, pagamento de PLR de R\$ 9 mil para 100% das metas, valor que representa a média dos benefícios de PLR pagos por empresas do porte da Bosch.

Trabalhadores administrativos

Enquanto os metalúrgicos continuam paralisados, os 950 trabalhadores do setor administrativo da Bosch resolveram aprovar a nova proposta da empresa e voltaram a trabalhar nesta terça.

A fábrica da Bosch na capital paranaense produz bombas injetoras para sistemas a diesel. Junto com as plantas de Campinas (SP) e de Aratu (BA), no Brasil a Bosch fabrica produtos e presta serviços automotivos para montadoras e para o mercado de reposição, ferramentas elétricas, sistemas de segurança, termotecnologia, máquinas de embalagem e máquinas industriais.

Ao contrário de outras montadoras, a Bosch não divulga a produção diária de cada planta e por isso não se sabe o que se teve de prejuízo até agora com o início da greve em Curitiba.

Posição da Bosch

Apesar das informações divulgadas pelo sindicato, a Bosch garante que a proposta da empresa foi aprovada pela maioria dos trabalhadores que compareceram à assembleia na manhã desta terça e que esta aprovação ocorreu não somente pelos funcionários da área administrativa, mas pela maioria de todos os trabalhadores.

“O sindicato orientou os que votaram a favor a entrarem para trabalhar, anunciou a continuidade da greve com a minoria que votou contra a proposta e agendou uma nova assembléia para amanhã cedo. Considerando que essa atitude tomada pelo sindicato não observa o disposto na legislação, que prevê que o voto da maioria deve ser respeitado, a Bosch está tomando as medidas legais para que se faça valer a decisão da maioria dos trabalhadores, inclusive no sentido de garantir a entrada e saída da fábrica em segurança, e aguarda a vinda dos colaboradores do segundo e terceiro turnos (de hoje)”, diz a Bosch, por meio de comunicado oficial.

De acordo com a Bosch, quem voltar ao trabalho ainda nesta terça vai receber pelos dias parados. Para a Bosch, as metas – acima dos 100% - são atingíveis, ao contrário do que foi argumentado pelo sindicato.